

Modiano: moratória não ajuda poupança

ECONOMIA • 37

interna

A redução das transferências de encargos da dívida externa para o exterior, ou mesmo a moratória, são insuficientes para equilibrar as taxas de poupança interna do Brasil. A afirmação foi feita pelo Professor da PUC-RJ, Eduardo Modiano, durante o seminário sobre a dívida externa, ontem, no auditório da universidade, acrescentando para aumentar a taxa de poupança e investimento é necessária uma ampla reforma fiscal a fim e elevar a arrecadação do Governo.

— Se tudo continuar como está, com a taxa de investimento a 20 por cento, o crescimento máximo, nos próximos anos, será de quatro por cento, o que caracteriza uma economia velha, comentou.

Por isso, a limitação para este incremento não está na área externa e muito menos na capacidade de produção do parque industrial do País, mas na restrição às importações, acrescentou. Este, na opinião do Professor Modiano, é o grande inibidor da expansão da economia brasileira. Mas esse fator, nas condições normais do cenário intenacional, termina na virada da década. Nesta época, o Brasil vai precisar ampliar sua capacidade de produção para manter um crescimento em torno de sete por cento e para isso será preciso elevar a taxa de investimento ao níveis da década de 70, de 25 por cento.

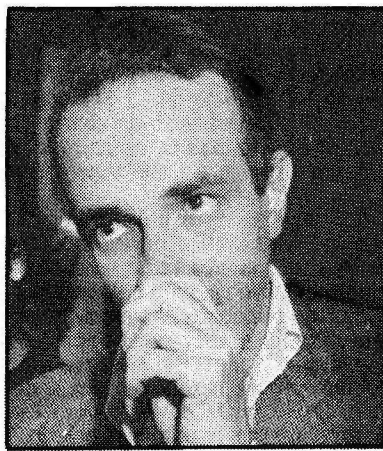
A reforma tributária, aumentando a carga fiscal sobre segmentos da economia, poderia elevar a arrecadação federal a níveis entre quatro e cinco por cento do PIB. O Governo precisaria conter seus gastos. A proposta surpreendeu muitos dos economistas presentes, e não deixa de ser uma crítica à política econômica desenhada pela equipe do ex-Ministro Dilson Funaro, que defendia como prioritária a redução da remessa dos encargos da dívida para o exterior e apontava a limitação da capacidade de produção como fator de maior limitação da economia e não o estrangulamento das importações.

Modiano simulou três cenários para a economia brasileira. Neste segundo, quando as restrições às importações deixassem de ser o maior entrave ao crescimento do País, o



Fotos de Ignacio Ferreira

Edmar Bacha diz que moratória não resolve problema de caixa do País



Modiano pede reforma e Lara Rezende não abre mão de negociar com o FMI

Governo já teria taxas de poupança suficientes para ampliar a capacidade de produção.

— Não é a redução de meio por cento do PIB que vai garantir o crescimento de sete por cento. É claro que um alívio externo vai contribuir para a estabilização, mas o equilíbrio

só será obtido através do aumento da poupança interna, disse.

O terceiro quadro diz respeito à opção pelo social. Modiano está convencido de que o Brasil pode crescer a seis por cento ao ano, adotar uma política de redistribuição de rendas e pagar sua dívida. O Governo eleva-

ria seus gastos sociais a dois por cento do PIB, tendo por base, também, uma ampla reforma tributária e ainda a contenção dos gastos públicos. Assim o País chegaria aquela faixa de 25 por cento de poupança, tomada por Modiano como ideal.

Outro Professor da PUC e ex-Presidente do IBGE, Edmar Bacha, concorda com Modiano em que a limitação das importações é o grande inibidor do crescimento, mas acredita na necessidade de se procurar alternativas para reduzir a transferência de recursos para o exterior, na medida em que isso vai contribuir para o aumento da taxa de investimento e do crescimento do País. A moratória não é suficiente para resolver a precária posição de caixa do Brasil. Isto porque o balanço de pagamentos do País não fecha apenas com a economia obtida com a suspensão do pagamento dos juros, pelo contrário, argumentou, de acordo com os dados atuais ele vai fechar com um déficit de US\$ 2 bilhões.

O professor apresentou duas opções a curto prazo. "A melhor neste momento", diz respeito à estratégia de redefinição, que implica renegociação plurianual da dívida integral, tanto com os bancos comerciais, como o Clube de Paris, incluindo aí uma redução dos spreads.

Dentro dessa proposta está a apresentação aos bancos do que Bacha chamou de cardápio de alternativas para a conversão tanto do principal como de parte dos juros da dívida em títulos brasileiros negociáveis de diversos tipos. Para isso é necessário que se ofereça incentivos como facilidades especiais para a conversão aos bancos dispostos a converter uma fração crescente dos juros.

O Vice-presidente do Banco do Brasil, Adroaldo Moura da Silva, e o Professor da PUC e ex-diretor do Banco Central, André Lara Resende, acham que a proposta do professor Bacha sobre conversão da dívida é pertinente neste momento e pode efetivamente diminuir a transferência de recursos para o exterior. Para isso eles estão de acordo que o País não poderá abrir mão de negociações tanto com o FMI quanto com o Banco Mundial.